



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 068

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE AGOSTO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 060ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE JUNHO DE 2004**

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os nºs CTL/CC/138 a 157/04, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

006/04: De autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de São Roque, com sede e foro no Município de

Dois Vizinhos, o qual foi convertido em Lei nº 14.472. **Anote-se - Arquivo-se.**

068/04: De autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Antonio Olinto, com sede no Município de Antonio Olinto e foro no Município da Lapa, o qual foi convertido em Lei nº 14.473. **Anote-se - Arquivo-se.**

110/04: De autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Bairros da Vila Martins, com sede e foro no Município de Reserva, o qual foi convertido em Lei nº 14.474. **Anote-se - Arquivo-se.**

145/04: De autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São Jorge do Patrocínio, com sede no Município de São Jorge do Patrocínio e foro no Município de Altônia, o qual foi convertido em Lei nº 14.475. **Anote-se - Arquivo-se.**

151/04: De autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírito Abibe Isfer, com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual foi convertido em Lei nº 14.476. **Anote-se - Arquivo-se.**

152/04: De autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Fundação Criança Renal, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual foi convertido em Lei nº 14.477. **Anote-se - Arquivo-se.**

156/04: De autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos da Guarda Mirim de Matinhos - APAGMM, com sede no Município de Matinhos e foro no Município de Guaratuba, o qual foi convertido em Lei nº 14.478. **Anote-se - Arquivo-se.**

159/04: De autoria do Deputado Francisco Bühner, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Quisisana - ASMOVIG, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais, o qual foi convertido em Lei nº 14.479. **Anote-se - Arquivo-se.**

162/04: De autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública o Centro Assistencial Nova Vida, com sede e foro na Cidade de Altônia, o qual foi convertido em Lei nº 14.480. **Anote-se - Arquivo-se.**

166/04: De autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Luiz Antonio Amatuze de Pinho, com sede no Município de Pontal do Paraná e foro no Município de Matinhos, o qual foi convertido em Lei nº 14.481. **Anote-se - Arquivo-se.**

213/04: De autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Ouro Fino, com sede e foro no Município de Paranaguá, o qual foi convertido em Lei nº 14.482. **Anote-se - Arquivo-se.**

214/04: De autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

lis, o qual foi convertido em Lei nº 14.483. **Anote-se - Arquivo-se.**

217/04: De autoria do Deputado Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato, com sede e foro no Município de Londrina, o qual foi convertido em Lei nº 14.484. **Anote-se - Arquivo-se.**

218/04: De autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Paranaense de Estudos e Pesquisas Espírita e Assistência Social de Irati - SEPEASI, com sede e foro no Município de Irati, o qual foi convertido em Lei nº 14.485. **Anote-se - Arquivo-se.**

224/04: De autoria do Deputado Mauro Moraes, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Desembargador Doutor Tadeu Marino Loyola Costa, o qual foi convertido em Lei nº 14.486. **Anote-se - Arquivo-se.**

231/04: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Chopinzinho, com sede e foro na Cidade de Chopinzinho, o qual foi convertido em Lei nº 14.487. **Anote-se - Arquivo-se.**

238/04: De autoria do Deputado Natálio Stica que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Nossa Senhora do Pilar, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual foi convertido em Lei nº 14.488. **Anote-se - Arquivo-se.**

550/03: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Ebenezer da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, com sede no Município de Figueira e foro no Município de Curiúva, o qual foi convertido em Lei nº 14.489. **Anote-se - Arquivo-se.**

705/03: De autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que dá nova redação ao artigo 1º, da Lei nº 14.181/2003, declarando de Utilidade Pública a Associação Beneficente Juventude Maria Vicentina, com sede e foro no Município de Maringá, o qual foi convertido em Lei nº 14.490. **Anote-se - Arquivo-se.**

730/03: De autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Leif Peter Karlsten, o qual foi convertido em Lei nº 14.491. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC/158/04, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, devolvendo a este Poder Legislativo, o Projeto de Lei nº 165/04, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 241/04, do Sr. Reinhold Stephanes, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, encaminhando Demonstrativo das Alterações de Despesas realizadas no 2º trimestre de 2004. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 630/04, do Sr. Henrique Naigeboren, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando cópia

da Resolução nº 4.017/2004, que dispõe sobre a homologação, pelo Tribunal de Contas, dos cálculos das quotas de participação dos Municípios no produto da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 90, 109 e 112/04, do Sr. Marcos Chagas Gomes, Coordenador da CGOF, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, informando transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social/PR, destinados à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2004. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 112-A e 82/04, do Sr. Marcos Chagas Gomes, Coordenador Geral de Orçamento e Finanças, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, informando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, destinados à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada e Abrigo/2004. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 482, 483, 484, 485, 616, 617 e 618/04, do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do FNDE, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para o Programa PNAC - PNAE CRECHE e PNAI - PNAE INDÍGENA. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 335/04, do Sr. Gerson Galvão, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, comunicando celebração de convênio entre o Ministério do Meio Ambiente e o Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, no valor de R\$ 196.460,00 (cento e noventa e seis mil, quatrocentos e sessenta reais), para implementação de ações do Programa Nacional do Meio Ambiente - PNMA II. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 430/04, do Sr. José Carlos Angulski Chagas, Gerente Financeiro da Unidade Técnica Nacional, comunicando convênio celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Estado do Paraná, para execução do Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 033/04, do Sr. Fábio Cernelós, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal - Curitiba Norte, comunicando contrato de repasse de Recursos do Orçamento Geral da União e EMATER/PR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 317/04, do Sr. João Carlos Buffara Lopes - Gerente Geral da Caixa Econômica Federal, comunicando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 30.675,59, destinados ao Governo do Estado/SEAB, ref-

erente à parcela do contrato de repasse CAIXA/INCRA.
Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 2027/04, do Sr. Eliezer Moreira Pacheco, Presidente do INEP, comunicando convênio celebrado com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, com a finalidade de apoiar atividades relacionadas ao Censo Escolar, Manutenção da Operacionalidade do Sistema Integrado de Informações Educacionais, com aquisição de equipamentos de informática. O valor total de instrumento é de R\$ 125.750,00 (cento e vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta reais, arcando o INEP, com o valor de R\$ 100.600,00 (cem mil e seiscentos reais). **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 481/04, do Sr. Jairo Lourenço de Almeida, Ordenador de Despesas-SEAP/PR, comunicando que a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República liberou recursos do convênio com a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 866/04, do Sr. Oto Luiz Sponholz - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que altera o artigo 1º e parágrafo único da Lei Estadual nº 11.170/95 e dá outras providências. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 868/04, do Sr. Oto Luiz Sponholz - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que cria cargos de provimento em comissão visando melhor estruturar os Gabinetes do Tribunal de Justiça. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 869/04, do Sr. Oto Luiz Sponholz - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei, que altera dispositivos da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, corrige erro material e adota outras providências. **Ao conhecimento da Casa.**

Proposta de Emenda à Constituição:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Artigo Único - Ficam alterados o inciso X do artigo 54 e do *caput* do artigo 86, da Constituição do Estado do Paraná que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54 -...

I -...

X - autorizar o Governador e o Vice-Governador a se ausentarem do País e do Estado, quando a ausência exceder a quinze dias;”

“Art. 86 - O Governador e o Vice-Governador não poderão, sem licença da Assembléia Legislativa, ausen-

tar-se do País e do Estado, quando a ausência exceder a quinze dias, sob pena de perda do cargo”.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Waldir Leite, Jocelito Canto, Elio Rusch, Tadeu Veneri, Carlos Simões, José Maria Ferreira, Elton Carlos Welter, Cida Borghetti, Delegado Bradock, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, André Vargas, Francisco Bühner, Nelsinho Dal Santos, Barbosa Neto, Arlete Caramês, Elza Correia, Padre Paulo Campos, Renato Gaúcho e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposta de Emenda à Constituição do Estado com o objetivo de adequar a nossa Carta à Constituição Federal no disposto da autorização da Assembléia Legislativa para que o Governador e o Vice-Governador possam se ausentar do Estado e do País.

O Supremo Tribunal Federal suspendeu a eficácia das expressões “por qualquer tempo” constantes no inciso X do artigo 54 e do *caput* do artigo 86 da Constituição do Estado, por não se ajustar ao arquétipo federal, pois a Constituição Federal não limita a ausência do Presidente em viagem ao exterior, como está disposto na Constituição Estadual.

Indicação:

INDICAÇÃO Nº 023/2004

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - criação, através da Secretaria de Estado da Educação, no currículo escolar de ensino médio, da disciplina de “Fundamentos da Cidadania”, com ênfase na estrutura familiar, responsabilidade na guarda e educação dos filhos, sexualidade, prevenção contra a violência familiar e uso de drogas.

2 - O Poder Executivo disciplinará as condições operacionais para inclusão da disciplina de que trata a presente indicação.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Os jovens que freqüentam o ensino regular, raras as exceções, são de origem humilde, onde os pais são obrigados a uma carga de trabalho fora do lar de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais não restando tempo para a educação dos filhos, transmissão de conhecimentos básicos e éticos relativos à constituição da família, saúde e ao exercício da cidadania.

É inútil discutir que estes temas não são de responsabilidade da escola, quando verificamos a situação efetiva de verdadeira desinformação do jovem, abandonado pela família, que se vê às correrias tentando suprir a sub-

sistência de seus membros, sem tempo ou mesmo preparo, para encontros, conversas e efetiva formação dos filhos.

É preciso levar aos jovens inclusive as noções de responsabilidade na constituição de novas famílias, conhecimentos sobre o desenvolvimento de seu corpo, seus deveres como cidadão, respeito aos idosos, etc. É preciso que a escola se preocupe com a recuperação e formação de uma sociedade mais atuante e justa.

Para ministrar tal disciplina, o Estado poderia abrir vagas para profissionais de outras categorias, entre elas os da área da Saúde e do Direito.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1306

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 681/2003, o qual declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) NEIVO BERARDIN

REQUERIMENTO Nº 1301

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, votação em bloco das Proposições de Veto - itens 01 e 02, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 1257

Senhor Presidente:

REQUER a retirada de pauta do item 03 da Sessão Plenária do dia 04 de agosto (quarta-feira), discussão única da Proposição nº 047/2004, aposto ao Projeto de Lei nº 625/2003 de sua autoria, que cria a CIRETRAN (Circunscrição Regional de Trânsito) no Município de Kaloré.

Justifica-se o presente pois considera o projeto de suma importância à população do local ao qual se destina, sendo para tanto necessário uma análise mais aprofundada sobre o assunto.

Sem mais para o momento, na expectativa de parecer favorável ao que se pede, agradece antecipadamente.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) MILTINHO PUPIO

REQUERIMENTO Nº 1278

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, REQUER a liberação do Plenarinho da Assembléia Legislativa no dia 10 de agosto de 2004 das 9h00 às 18h00 para realização

da Assembléia Geral do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná - SINDJUS.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1315

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Reforma Agrária, REQUER a concessão de prazo suplementar de 60 (sessenta) dias, em conformidade com o parágrafo 3º, do artigo 36, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ainda, requer que o período de 23 de agosto a 06 de outubro não seja computado para o fim de contabilizar o prazo supracitado, ou seja, que o prazo suplementar ora requerido comece a contar do dia 07 de outubro do corrente ano, finalizando em 05 de dezembro de 2004, já que no período de 23 de agosto até 06 de outubro os trabalhos desta Comissão ficam suspensos.

A prorrogação do prazo de 60 dias é de natureza indispensável para que esta CPI possa alcançar os fins pelo quais foi criada, razão pela qual pede o deferimento do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(aa) ELIO RUSCH

DELEGADO BRADOCK

Apoiamento:

Neivo Beraldin, Pedro Ivo Ilkiv, Padre Paulo Campos, José Maria Ferreira, Ailton Araújo, Tadeu Veneri e Marcos Isfer.

REQUERIMENTO Nº 1260

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa a reserva do horário do Grande Expediente do dia 16 de agosto de 2004, para a entrega de Diploma de Honra ao Mérito ao Irmão Daniel, Diretor-Presidente da Santa Casa de Misericórdia de Maringá, em razão dos relevantes serviços prestados às comunidades de Maringá e região.

O Irmão Daniel partirá do Brasil, para Trier, Alemanha, em 25 de agosto próximo, haja vista que, pelo Direito Canônico, não pode permanecer mais de dez anos no mesmo país.

Irmão Daniel fez história na Santa Casa de Misericórdia de Maringá, dignificando com sua sensibilidade e cultura aquela instituição. Deixa em Maringá trabalho extraordinário e a amizade daqueles que conviveram com ele nesses dez anos.

Como Diretor-Presidente da Santa Casa de Misericórdia de Maringá tinha a missão de recuperar a empresa-hospitalar, que estava às portas de ser fechada pelo Conselho Geral da Congregação dos Irmãos da Misericórdia de Maria Auxiliadora com sede em Trier, na Alemanha.

Com atuação forte junto à administração do hospital, efetuou muitas mudanças que levaram a entidade à prosperidade, não a isentando das dificuldades do sistema de saúde nacional.

O hospital cumpre as determinações legais para manter o certificado de filantropia, atendendo um total de 40 convênios de saúde e clientes particulares que ajudam na manutenção, mesmo que precária, do hospital. Ainda são realizados investimentos na melhoria dos serviços com a ajuda de parlamentares federais e estaduais.

O Irmão Daniel criou o Plano de Saúde próprio da Santa Casa, o Santa Casa Saúde, desde 1995, cuja missão principal é gerar recursos para os serviços de filantropia do hospital.

Realizou mudanças nos estatutos do hospital e do corpo clínico em vigor desde os anos cinqüenta/sessenta, dando nova vitalidade à Santa Casa.

Implantou moderno sistema administrativo com sua experiência no hospital da casa-mãe na Alemanha, transferindo responsabilidades e cobrando resultados nos momentos oportunos.

Desde o ano 2000, transformou a entidade na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Maringá, dividindo a responsabilidade de administrar o hospital do Irmão com a comunidade que participa ativamente dos destinos da administração com participação na diretoria e em assembléias rotineiras.

Durante o período em que esteve à frente da Região do Brasil dos Irmãos da Misericórdia de Maria Auxiliadora, fez crescer o nome do fundador da congregação, Beato Pedro Friedhofen, e como formador e encarregado das novas vocações religiosas trouxe para o Noviciado São Luiz Gonzaga um grande número de postulantes, noviços e irmãos professos que habitam hoje o Convento Maria Auxiliadora, a Santa Casa de Maringá e o Lara Nazaré na Região Metropolitana de Porto Alegre-RS.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1317

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o uso do Plenarinho no dia 16 de agosto a partir das 10h00, para a realização de uma audiência pública, coordenada pelo Deputado Federal Irineu Colombo.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1249

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o uso do Grande Expediente do Plenário deste Poder, na Sessão do dia 24.08 do corrente, para a

ARCAFAR - Associação das Casas Familiares Rurais, que farão a apresentação das Filosofias e Metodologias dos trabalhos desenvolvidos com extrema seriedade pela referida Associação.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 1258

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a prorrogação do prazo para a realização dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito das Universidades, por 60 (sessenta) dias, conforme o previsto no parágrafo 3º, do artigo 36, do Regimento Interno desta Casa de Leis, com a suspensão dos trabalhos de 25 de agosto a 08 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 1314

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcada uma Sessão Extraordinária no dia 04 de setembro no Município de Ponta Grossa, para a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. José Polini, conforme a Lei nº 12.491 do dia 20 de janeiro de 1999.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1284

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, solicita o uso do Plenário desta egrégia Assembléia, no dia 18 de novembro, quinta-feira, das 17h00 às 18h30, para Sessão em reconhecimento ao Movimento Iôgi no Brasil, com a presença do Mestre Derosé e da Sra. Maria Helena de Aguiar, Presidente da Federação de Iôga do Paraná e das pessoas que se destacaram no aprendizado do Iôga aqui nestes anos.

Sala das Sessões, em 09.09.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Prática filosófica e de qualidade de vida ancestral da humanidade, o Movimento Iôgi, originário da mult milenar Índia, está no Brasil, há mais de cem anos, e no Paraná há mais de 50 anos. Reúne cerca de 5 milhões de adeptos no Brasil e a Federação tem - só no Paraná - mais de 2.500 filiados.

Este Deputado, por ocasião da visita do Mestre Derosé à nossa Capital, julga oportuno abrir o plenário da Assembléia em Sessão de reconhecimento, pelo que, culturalmente - e ecumenicamente - o Movimento representa em termos de qualidade de vida àqueles que têm a chance de acessá-lo.

REQUERIMENTO Nº 1287

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, honrosamente designado Presidente da Comissão Comemorativa dos 150 anos do Estado do Paraná, vem respeitosamente REQUERER à egrégia Assembléia autorização para doar às entidades culturais, na seqüência especificada parte da edição da coleção de livros “Páginas Escolhidas” viabilizada pelo seu esforço, através desta Casa, da empresa POSIGRAF e da Imprensa Oficial do Estado:

- . Instituto Histórico e Geográfico do Paraná - 500 coleções
- . Biblioteca Pública do Paraná - 500 coleções
- . Faróis do Saber de Curitiba - 50 coleções
- . As maiores 350 Escolas Públicas Estaduais - 350 coleções

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A escassez de biblioteca paranaense nos levou a idealizar uma coleção de livros com a Academia Paranaense de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, e a nossa equipe de pesquisadores, para marcar o Sesquicentenário deste Poder, da criação das primeiras Comarcas Judiciárias paranaenses e da elevação da nossa Curitiba à condição de Capital do Paraná, em 1854. Colocar tais livros no sistema Estadual de Bibliotecas e nas estantes das escolas públicas - e, ainda, nas mãos dos pesquisadores paranaenses -, é imprescindível.

Assim, também solicitamos à Assembléia que comemore seu Sesquicentenário promovendo a doação.

REQUERIMENTO Nº 1302

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, votos de pesar à família Delanhol, pelo falecimento de Frederico Delanhol, aos 77 anos de idade, no dia 08 de agosto, em Assaí. Deixa filhos, entre eles o Padre José Delanhol, atual prefeito de Nova Fátima.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1305

Senhor Presidente:

O Parlamentar que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem muito respeitosamente REQUERER votos de pesar à família da Sra. Dalila de Castro Lacerda, pelo seu falecimento ocorrido no dia 28 de julho de 2004.

O Paraná encontra-se em luto pelo seu falecimento. Pioneira e inovadora, teve papel fulgente na história do nosso Estado, principalmente pelos trabalhos assistenciais que protagonizou, os quais sempre pretendiam dar guarida à população menos favorecida.

O Estado do Paraná ficou órfão de um trabalho ingente e necessário, que levou o nome da Dona Dalila aos registros de sua história, motivo pelo qual merece esta singela homenagem.

Face ao exposto, solicitamos ainda a especial gentileza em cientificar esses votos de pesar à família, no endereço sito à Av. Sete de Setembro, 5621. ap. 1601, CEP 80.240.000, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1318

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja registrado nos anais desta egrégia Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Walter Pécoits, cuja família radicou-se em Francisco Beltrão, em 1952.

Walter Pécoits desenvolveu intensa atuação política no Paraná, tendo sido Deputado Estadual e Prefeito de Francisco Beltrão, eleito pelo antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) fiel companheiro do Presidente Getúlio Vargas e de outros ilustres filhos do Sudoeste, como Euclides Scalco e Deni Schwartz.

Sua postura firme e corajosa ao lado de colonos, pequenos proprietários de terra, custou-lhe perseguição política e tortura no período da Ditadura. Com a redemocratização e a posse de José Richa no Governo do Estado, assumiu a chefia da Casa Civil e, posteriormente, a Secretaria de Assuntos Fundiários.

Registramos as nossas condolências à família Pécoits, pela perda desta ilustre figura da vida pública paranaense.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1252

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Guamiranga, pela realização da III Festa do Agricultor de Guamiranga, ocorrida de 17 a 25 de julho.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. João Orestes Fenker, Prefeito Municipal, Sr. Arno Rodolfo Boneti, Secretário Municipal de Agricultura e ao Sr. Marcos Aurélio Kulak, Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Diogo Emanuel de Almeida, 234 - CEP 84.435.000- Guamiranga- PR.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) NELSINHO DAL SANTOS

REQUERIMENTO Nº 1255

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Sr. Edson Recco, Presidente do SINDIVEST - Sindicato da Indústria do Vestuário de Maringá e Região, por ter recebido prêmio Empresário do Ano, concedido pela Associação Comercial de Maringá - ACIM, Sindicato dos Lojistas do Comércio Varejista de Maringá-SIVAMAR, Associação Paranaense de Supermercados - APRAS, e Federação da Indústria do Estado do Paraná-FIEP.

O prêmio foi concedido no dia 02 de agosto de 2004, em Maringá, reconhecendo a importância do empresário atuante que traz desenvolvimento para Maringá e Região, além de alcançar outros mercados mais distantes.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1265

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Luiz Carlos Schwarzbach e Maria Alice Ferreira Schwarzbach, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso ao logo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1285

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações ao Exmo. Sr. Cel. João Luiz Zilli Porcides, Coordenador, e ao Exmo. Sr. Cel. David Antonio Pancotti, Comandante da PM, e valorosa equipe de educadores, pela solenidade de formatura realizada em junho do corrente ano, de 8000 crianças da 4ª série do

Ensino Fundamental, no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Nossa polícia desenvolve este Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, preventivo e estratégico, composto de 17 lições, em cartilha própria, para crianças de 9 a 12 anos de idade, com aulas semanais durante um semestre letivo, nos moldes do Programa Drug Abuse Resistance Education, implantado desde 1983 pela Polícia de Los Angeles, nos EUA.

Os instrutores são policiais voluntários, selecionados por sua conduta profissional, ética e moral, treinados em curso de especialização com 80 horas-aula, e desenvolvem nas crianças reforço do sentimento de auto-estima, capacidade de resistência às pressões comuns na adolescência, de colegas e meios de comunicação para ceder ao consumo de drogas, e a uma “cultura de morte”, baseada em “drogas, sexo e rock and roll”.

Nada mais justo do que a Assembléia paranaense louvar o brilhante esforço do Cel. Porcides, neste corretíssimo programa educacional, sinal de uma polícia cidadã, à altura de suas gloriosas e sesquicentenárias tradições.

REQUERIMENTO Nº 1289

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações à Sociedade Amigos da Música de Paranaguá, berço do grande compositor Brasília Itiberê da Cunha, fundador da música nativista brasileira, pela comemoração de seu jubileu de ouro.

Na ocasião engalanaram-se a Catedral Diocesana com memorável missa em ação de graças, igualmente a Primeira Igreja Batista, com belo culto gratulatório e ainda com a comemoração, em noite festiva no Centro Histórico, dias 24 e 27 de junho.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 1954, a Sociedade Amigos da Música de Paranaguá foi propagadora da arte musical, esteve presente nos grandes eventos culturais da cidade mais antiga do Paraná, expandiu, burilou e encaminhou inúmeros talentos surgidos em nossa amada cidade litorânea. O jubileu de ouro rendeu também grandes momentos culturais e religiosos, abertos à população parnanguara.

Solicitamos que os votos de congratulações sejam estendidos às Sras. Lúcia Helena Freitas da Rocha, professora universitária, membros do Centro de Letras de Paranaguá e da SAM e ainda à professora Terezinha Cordeiro Hamud, a todos os participantes da Sociedade Amigos da Música, e ao povo de Paranaguá, sempre tão generoso em aplaudir as boas iniciativas.

Encaminhe-se à Rua Desembargador Hugo Simas, 298 - Centro, CEP 83203-250 - Paranaguá / PR.

REQUERIMENTO Nº 1290

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais da presente Sessão, de votos de congratulações aos novos membros do Conselho Diretor do Rotary Club de Curitiba Cidade Ecológica, pela posse, neste 2004, na pessoa da doutora e engenheira Isis Ribas Busse, do Vice-Presidente, Marcos Markovicz, secretária Karin Machioni, tesoureiros Valdomiro Baptista Neto e Victor Marins e demais colaboradores e representantes de comissões.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Lídimo representante dos clubes de serviços, o Rotary Club de Curitiba Cidade Ecológica vem se destacando nas parcerias de ações de serviços à comunidade, sobremaneira no que tange aos serviços de saúde, alfabetização e educação de pessoas de nossa cidade.

REQUERIMENTO Nº 1313

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de congratulações ao Pastor Mirislan Douglas Scheffel pela comemoração dos 51 anos de fundação da Igreja Assembléia de Deus do Bairro Hauer em Curitiba, e passagem de seu aniversário.

Requer ainda, que seja dado ciência, através de correspondência a ser encaminhada à Rua José de Lacerda Werneck, 55 - Hauer - CEP 81650-260, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1280

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que depois de ouvido o Plenário, seja consignado da Ata dos Trabalhos da presente Sessão, voto de louvor à Potencial Petróleo Ltda., pelos 10 (dez) anos de atividade.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

A história da Potencial começa em meados da década de 90, com a criação da Potencial Petróleo Ltda. Constituída por profissionais com vasta experiência na área de combustíveis.

A idéia de oferecer aos revendedores um atendimento sério e comprometido, possibilitando a estes simplicidade e praticidade operacional, além de baixo custo de instalação e operação de postos, já tornou-se realidade.

Sempre à frente das exigências de modernização e de qualidade, a Potencial Petróleo, sediada em Araucária - PR, vem se destacando e ocupando seu espaço cada vez maior no mercado, atendendo e ampliando gradativamente sua expressiva rede de revendedores.

Nestes 10 (dez) anos de existência, a Potencial vem desenvolvendo um processo de ampliação de sua rede de revendedores, que hoje conta com mais de uma centena de postos, nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, gerando renda, empregos, trazendo benefícios e orgulhando a sociedade paranaense.

Com base no exposto, é que este Deputado propõe o presente.

REQUERIMENTO Nº 1286

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de louvor ao engenheiro Marino Garofani, pelos relevantes serviços prestados à comunidade na área de engenharia e de recursos humanos.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Marino Garofani e a Brafer merecem o reconhecimento desta Casa de Leis e de toda comunidade paranaense. Suas estruturas metálicas paranistas edificaram as torres do projeto SIVAM, na Amazônia, o jornal O Globo, no Rio; a COSIPA e o SESI, em São Paulo; a Perdigão, em Santa Catarina; a Audi e a Renault, em Curitiba. Sem falar dos ícones de nossa Capital: o palco monumental da Pedreira, Estações Tubo, Ruas de Cidadania e Faróis do Saber.

Fundada em 1976, a Brafer Metálicas S.A. atua na área de projetos, fabricação e montagem de estruturas metálicas para obras industriais e edifícios, além de subestações, postes e torres para energia elétrica e telecomunicações. O escritório e a fábrica estão localizados em Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba-PR, em uma área construída de 25 mil m2.

A capacidade de produção mensal da Brafer é de 2,5 mil toneladas de estruturas metálicas. A empresa pode fabricar peças de até 40 toneladas. Desde dezembro de 1995, a Brafer conta também com uma usina própria para zincagem a fogo de peças metálicas.

Melhoria contínua da qualidade é a política da Brafer, que busca o constante aprimoramento da qualidade nas suas atividades, visando a satisfação dos seus clientes.

O foco principal da empresa e o seu diferencial são os seus colaboradores. A política de reinvestimento contínuo na produção e no treinamento e aperfeiçoamento no Brasil e no exterior já atingiu US\$ 5 milhões nos últimos anos.

A empresa emprega mais de 570 funcionários diretos. Atualmente a Brafer está investindo em modernas

instalações de apoio e recreação para seus colaboradores, construindo novos vestiários e ampliando o refeitório.

O talento e empreendedorismo do curitibano Marino Garofani merecem o orgulho e o reconhecimento de toda comunidade do Paraná e do Brasil.

Que este requerimento seja encaminhado ao engenheiro Marino Garofani, na Av. das Araucárias, 40 - CIAR - Araucária/PR; CEP: 83.707-000, ao Instituto de Engenharia do Paraná na pessoa de seu Presidente, engenheiro Gilberto Piva, Rua Emiliano Pernet, 174 - 2º andar - CEP: 80.010-050.

REQUERIMENTO Nº 1299

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão de hoje, de votos especiais de louvor ao escultor rondonense Paulo Drivoski pelo grande destaque nacional e internacional que tem alcançado na produção artística de esculturas em madeira e pedra, obras que se encontram hoje em países como a Polônia, Alemanha, Líbano, Israel, Holanda, Argentina e Paraguai.

Caso aprovada a presente proposição, o Parlamentar requerente solicita que seja dado ciência da mesma ao homenageado, com augúrios de contínuo sucesso como escultor, via correspondência a ser encaminhada à Linha Palmital - CEP: 85.960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1254

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando ao mesmo que estenda para Maringá e região o Programa "Paraná Contra o Crime - Polícia na Rua".

O aumento da criminalidade na região de Maringá tem preocupado a população. Cabe salientar que têm ocorrido prisões de traficantes do Rio de Janeiro em Maringá, demonstrando a necessidade de maiores investigações e da presença ostensiva das Polícias de Maringá e região, evitando que aquelas localidades se transformem em sede de organizações criminosas.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1256

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando do mesmo providências no

sentido da retomada da obra de construção da Penitenciária de Regime Semi-aberto de Maringá.

Trata-se de obra essencial para a recuperação do sistema penitenciário naquela região, proporcionando condições de cumprimento de pena em condições de socialização dos apenados.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1261

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Roberto Requião, bem como ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, solicitando aos mesmos a alteração do Decreto Estadual 4.489, de 20 de abril de 1982 - alterado pelo Decreto Estadual 4.472, de 19 de julho de 2001 - que trata de gratificação de localidade especial, prevista no artigo 45, parágrafo primeiro, da Constituição Estadual e instituída pelo artigo 25 da Lei Estadual 6.417, de 03 de julho de 1973.

Requer, outrossim, que o inciso II do artigo 1º do referido Decreto Estadual passe a vigorar com a seguinte redação: "II - 60% sobre o soldo para os militares que exercerem atividades de guarda externa das Unidades Penais do Departamento Penitenciário do Estado (DEPEN), de minipresídios, cadeias públicas, setor de carceragem temporária ou estabelecimentos congêneres."

O Decreto Estadual 4.489/1982 (alterado pelo Decreto 4.472/2001) estabelece gratificação de localidade especial para os servidores militares atuantes em unidades penais do Departamento Penitenciário do Estado (DEPEN) e não contemplou as atividades idênticas prestadas em outros estabelecimentos, propiciando diferença salarial para o mesmo tipo de serviço, desestimulando os policiais que percebem menor valor para executar a mesma atividade.

Trata-se de questão de justiça estender o benefício aos policiais militares que exercem atividade de guarda externa em minipresídio, cadeias públicas ou carceragem temporária.

A cadeia pública de Maringá, que é sede da 9ª Subdivisão Policial foi construída com capacidade para abrigar 120 (cento e vinte) detentos e hoje está com 320 (trezentos e vinte), inclusive com presos com sentença transitada em julgado. Em decorrência do número de presos e por estar situada dentro do perímetro urbano, inclusive em área residencial, torna-se necessário fazer a guarda dos detentos.

A estrutura da cadeia pública de Maringá não é adequada para manter presos, havendo constante risco de tentativa de fuga e arrebatamento de presos decorrentes dessa fragilidade estrutural.

A guarda externa da cadeia pública de Maringá é feita pela Polícia Militar.

A atividade desempenhada pelos policiais militares é idêntica à de outros policiais que prestam serviço em estabelecimentos vinculados ao Departamento Penitenciário do Estado, a exemplo da Penitenciária Estadual de Maringá.

Trata-se de matéria cuja iniciativa é privativa do Governador do Estado, na forma do artigo 66 da Constituição Estadual, cabendo a esta Assembléia encaminhar a reivindicação.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1288

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, REQUER seja enviado a S. Exa. o Sr. Governador do Estado do Paraná, e aos seus Secretários da Cultura e Meio Ambiente, um aviso urgente nos seguintes termos:

Expira em dezembro deste ano de 2004 o prazo para aplicação da verba de R\$ 750 mil, a fundo perdido, para recuperação do Caminho do Itupava, disponibilizada pelo Banco KFW, da Alemanha, desde 1997, quando este Deputado exerceu a honrosa função de Secretário de Planejamento do Governo do Paraná.

Impõe-se urgente e necessário aproveitamento dos recursos, considerando os riscos e danos da ausência de conservação ao patrimônio cultural, ecológico e ao potencial turístico da Serra do Mar, Mata Atlântica e a relevância histórica do Caminho do Itupava, aberto entre 1625 e 1654, pelos primeiros povoadores do Paraná.

O governo do Paraná não desembolsa um tostão nesta obra, que não é apenas de “limpeza de uma trilha”, mas contempla todo um processo de restauração arqueológica.

À sua margem, pavimentos, pontes, casas e igrejas históricas ameaçam ruína. Casas, qual a casa do Ipiranga, de 1.851, construída pela Ferrovia, onde se hospedaram Teixeira Soares, Carlos de Carvalho e viveu Alfredo Andersen, que abandonada em 1.996, ficou reduzida a escombros.

Igrejas como de Nossa Senhora da Guia, no Porto de Cima, que está comprometida por uma churrasqueira, na sacristia do século XVIII e ruína dos telhados. Tudo pode ser reanimado com os recursos.

É lembrar que Minas Gerais acaba de receber, sem relutância, a fundo perdido, do BID, recursos três vezes maiores, para recuperar a Estrada Real, de olho no potencial histórico e turístico.

Na esperança de agilização desta importante obra para nossas raízes, e de “um futuro para o nosso passado”.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 1298

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante firmado, facultado pelas prerrogativas regimentais desta Casa Legislativa vem REQUERER que, após a condescendência do Plenário, seja oficiado ao Sr. Leôncio Vieira de Rezende Neto, Diretor Institucional da Brasil Telecom, à Avenida Manoel Ribas, 115, nesta Capital, solicitando para que seja visto a possibilidade de ser reduzido o valor da tarifa que é cobrada para a manutenção de endereço da linha telefônica local.

A presente solicitação é feita considerando pedidos feitos a este Parlamentar por usuários de linhas telefônicas, que entendem que a atual tarifa cobrada para a mudança de endereço é muito alta.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1276

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, sejam prestadas, pelo Secretário de Estado da Comunicação Social, Sr. Airton Pisseti, informações sobre campanha publicitária no Estado do Paraná, conforme segue:

a) Qual o custo total da criação, produção e veiculação da campanha publicitária que divulgou a seguinte afirmativa: “Se Paranaguá tivesse exportado soja transgênica, o Brasil teria pago US\$ 60 milhões em royalties para a Monsanto em 2003”, através de outdoors expostos em 200 Municípios do Estado e também em “frontliners”, modernos espaços publicitários em pontos de ônibus?

b) Qual a origem dos recursos utilizados para esta finalidade?

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH e VALDIR ROSSONI.

REQUERIMENTO Nº 1311

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Delazari, a prestação de informações sobre as Polícias Civil e Militar, conforme segue:

a) Qual o número de policiais civis e militares ativos no Estado do Paraná, especificando as suas respectivas funções?

b) Qual o número de delegacias no Estado do Paraná?

c) Qual o número de viaturas que estão disponíveis para uso da Polícia Civil e da Polícia Militar no Estado, respectivamente?

d) Qual o número de homicídios durante os últimos 19 meses em Curitiba e Região Metropolitana, em Londrina e em Londrina e Região Metropolitana, respectivamente?

e) Qual o número de furtos, roubos e ou assaltos à mão armada que foram realizados durante os últimos 19 meses em Curitiba e Londrina?

f) Que outras ocorrências criminais vêm sendo verificadas com maior frequência nos últimos 19 meses nas cidades e regiões referidas?

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, BARBOSA NETO, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, FERNANDO RIBAS CARLI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e LUIS CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO Nº 1295

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, prestação de informações pelo Secretário de Estado dos Transportes, relativas ao contrato de pedágio da concessionária Caminhos do Paraná, conforme segue:

a) Qual o montante das receitas e das despesas, discriminadas, por semestre ou quadrimestre, no exercício de 2002, 2003 e 2004?

b) Qual a data em que entrou em operação a praça de pedágio da Lapa?

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH e ADEMAR TRAIANO.

REQUERIMENTO Nº 1316

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Delazari, a prestação de informações sobre as Polícias Civil e Militar, conforme segue:

a) Qual o número de policiais civis e militares ativos no Estado do Paraná, especificando as suas respectivas funções e o número do contingente lotado em Curitiba e Região Metropolitana e Londrina e Região Metropolitana?

b) Qual o número de delegacias no Estado do Paraná?

c) Qual o número de viaturas que estão disponíveis para uso da Polícia Civil e da Polícia Militar no Estado, respectivamente e especificar quantas estão destinadas aos Municípios de Curitiba e Região Metropolitana e Londrina e Região Metropolitana.

d) Qual o número de homicídios durante os últimos 19 meses em Curitiba, em Curitiba e Região Metro-

politana, em Londrina e em Londrina e Região Metropolitana, respectivamente?

e) Qual o número de furtos, roubos e ou assaltos à mão armada que foram realizados durante os últimos 19 meses em Curitiba e Londrina?

f) Que outras ocorrências criminais vêm sendo verificadas com maior frequência nos últimos 19 meses nas cidades e regiões referidas?

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, BARBOSA NETO, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO Nº 1294

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, prestação de informações pelo Secretário de Estado dos Transportes, relativas ao contrato de pedágio da concessionária Rodovia das Cataratas, conforme segue:

1 - Qual o montante das receitas e das despesas, discriminadas, semestral ou quadrimestralmente, no exercício de 2002, 2003 e 2004?

2 - Quais os termos do contrato preliminar para alteração do contrato de concessão original? Juntar cópia.

3 - Quais os termos da apólice de seguro-garantia apresentado pela concessionária a esse DER? Juntar cópia.

4 - Quais foram as providências tomadas por essa autarquia, em face da constatação do descumprimento pela concessionária da cláusula contratual XXVII, do contrato de concessão 73/79 (valor estabelecido R\$ 153.376.719,78, valor contratado R\$ 10.000.000,00)?

5 - Por que razão o Estado do Paraná não denunciou o contrato em face da inadimplência constatada?

6 - Houve notificação formal à empresa quanto ao descumprimento contratual verificado? Juntar cópia.

7 - Foi aberto prazo à concessionária, eventual suprimimento da falta de transgressão verificada?

8 - Foi instaurado o processo administrativo competente para a declaração de caducidade? Juntar cópia.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI e ELIO RUSCH.

REQUERIMENTO Nº 1293

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, prestação de informações pelo Secretário de Estado dos Trans-

portes, relativas ao contrato de pedágio da concessionária Rodovia das Cataratas, conforme segue:

a - Qual o total do faturamento e o volume de tráfego da referida concessionária nas Praças de pedágio P3.1, P3.2, P3.3, P3.4 e P3.5?

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI e ELIO RUSCH.

REQUERIMENTO Nº 1251

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luís Mussi, Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL, através do Instituto de Pesos e Medidas do Paraná - IPEM, solicitando as seguintes informações:

a) Em relação às balanças de pesagem das rodovias do Paraná, qual a periodicidade das vistorias nos equipamentos?

b) Em relação à balança de pesagem da Rodovia BR-277 - KM 245 - Irati/Guarapuava, qual a data da última vistoria nos equipamentos?

c) Enviar a relação com as datas das vistorias nas balanças de pesagem das rodovias do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) NELSON DAL SANTOS

JUSTIFICATIVA:

Com relação à balança de pesagem da BR-277, no trecho Irati/Guarapuava, várias reclamações de diversos motoristas e empresários do setor de transporte, indignados com as infrações que recebem neste ponto de pesagem, pois com a mesma carga passam em outras balanças de pesagem e não constam quaisquer irregularidades no peso das cargas que estão transportando.

REQUERIMENTO Nº 1318-A

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Secretário-Chefe da Casa Civil, Dr. Caíto Quintana, para informar quais os Municípios que foram contemplados com as ambulâncias entregues no dia de ontem, que critérios foram adotados para sua distribuição, qual o processo utilizado para sua aquisição e qual a empresa fornecedora e o custo total e unitário de cada veículo.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(aa) DURVAL AMARAL
ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1292

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando cópia do acordo firmado para a redução da tarifa do pedágio, entre o Governo do Estado e a Concessionária Rodovia das Cataratas.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 1300

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que o artigo “Walter Pécoits, Referencial e Idealismos”, de autoria do ex-Deputado Léo de Almeida Neves, publicado hoje, na página 10 da Gazeta do Povo, seja transcrito, na íntegra, nos Diários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 281/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - UNES-CAM, com sede e foro na Cidade de Campo Mourão, reunida e integrada à Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Em 1972, foi fundada a Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, tendo como mantenedora uma Fundação referente à mesma.

Iniciou suas atividades com três cursos: Pedagogia, Letras e Estudos Sociais Licenciatura Curta. Cada curso ofertava 80 vagas, abrigando então, em seu primeiro momento, cerca de 240 alunos. Os registros dos primeiros cursos efetivaram-se em 1977. Em 1979, houve a inclusão de mais três cursos: Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, ofertando também 80 vagas cada. Em 1984, o curso de Estudos Sociais, transformou-se no curso de Geografia Licenciatura Plena.

A Faculdade, em 1987 passa a ser instituída pelo Governo Estadual, mudando sua denominação para Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão.

Em 1997, houve a inclusão de mais dois cursos: Engenharia da Produção Agroindustrial e Matemática.

Atualmente, a FECILCAM oferece 9 (nove) cursos de graduação, contemplando 2369 alunos, distribuídos da seguinte forma, em 48 turmas:

Cursos Graduação	Alunos
Administração	368
Ciências Contábeis	402
Ciências Econômicas	343
Eng. Prod. Agro-Industrial	157
Matemática	157
Geografia	281
Letras	208
Pedagogia	313
Turismo e Meio Ambiente	140
TOTAL	2.369

Cerca de 44% dos alunos da Instituição pertencem aos 25 Municípios da região, os quais agregam a Micror-região 12 - COMCAM.

- Campo Mourão - 1.037
- Outros Municípios - 1.335
- Mestres - 40
- Mestrandos - 4
- Doutores - 6
- Doutorandos - 12
- Pós-Graduados - 29
- Fac. Aberta para 3ª Idade - 30
- Colégio Agrícola - 77
- **Total Geral - 2.570**

PROJETO DE LEI Nº 282/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação João XXIII para Evangelização, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação João XXIII para Evangelização, com sede e foro no Município de Londrina, tem por objetivo a evangelização, através da implantação de Grupos de Oração, realização de seminários, encontros, retiros,

cenáculos e outras atividades de caráter evangelizador, colaborando no desenvolvimento do plano pastoral da Arquidiocese de Londrina.

Desenvolvem um intenso trabalho com jovens e adolescentes, em Londrina e em toda região, com o objetivo de promover a libertação dos vícios (alcoolismo e drogas) e cursos para a Motivação e Valorização da Vida, além de promoção de cursos profissionalizantes como a Escola de Informática a Cidadania, curso de Teatro, Musicalização e Artesanatos.

PROJETO DE LEI Nº 283/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica obrigada a concessão de meia-entrada na compra de ingressos para eventos culturais de qualquer espécie, para professores da rede oficial e privada de ensino.

Parágrafo Único - A obrigatoriedade de que trata o *caput* deste artigo condiciona-se à apresentação de documento de identificação profissional, pertencente à pessoa a ser beneficiada com o desconto, no ato da compra de ingresso.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo incrementar o desenvolvimento cultural do profissional do Magistério como parte fundamental na continuidade de sua formação, justificado pelo fato de que a atual situação econômica da classe o inviabiliza.

Desta forma, o presente projeto visa facilitar o acesso a eventos culturais enquanto não ocorre mudança significativa na política salarial para esta importante categoria profissional de forma a possibilitar merecido acesso ao desenvolvimento cultural e, ao mesmo tempo, a multiplicação do interesse das novas gerações pela cultura devido ao papel do professor como divulgador.

PROJETO DE LEI Nº 284/2004
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube da Maior Idade, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) NELSON DAL SANTOS

JUSTIFICATIVA:

O Clube da Maior Idade, fundado em 01 de agosto de 1997, é uma sociedade civil de direito privado, de caráter beneficente, assistencial, sem fins lucrativos, tem como objetivos principais: promover o bem-estar das pessoas da terceira idade, incentivando o aprimoramento físico, mental e sócio-cultural, promover o conagração dos seus associados para incentivar a participação nas diversas atividades ocupacionais em viagens, passeios, cursos, concursos, palestras, seminários, debates, espetáculos artísticos e culturais, programas sociais e profissionais.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública estadual o Clube da Maior Idade, do Município de Prudentópolis.

PROJETO DE LEI Nº 285/2004

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Concede 50% (cinquenta por cento) de desconto no transporte coletivo intermunicipal, para idosos com renda igual ou inferior a 02 (dois) salários-mínimos.

Art. 2º - Para fins desta lei, considera-se:

I - idoso, pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos;

II - serviço de transporte intermunicipal de passageiros: o que transpõe o limite do Município;

III - seção: serviço realizado em trecho do itinerário do serviço de transporte, com fracionamento de preço, e

IV - bilhete de viagem do idoso: documento que comprove a concessão do transporte gratuito ao idoso, fornecido pela empresa prestadora do serviço de transporte, para possibilitar o ingresso do idoso no veículo.

Art. 3º - O idoso com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos terá direito ao desconto mínimo de cinquenta por cento do valor da passagem em cada veículo, comboio ferroviário ou embarcação do serviço convencional de transporte interestadual de passageiros.

§ 1º - Incluem-se na condição de serviço convencional:

I - os serviços de transporte rodoviário intermunicipal convencional de passageiros prestado com veículo de características básicas, com ou sem sanitários, em linhas regulares;

II - os serviços de transporte ferroviário intermunicipal de passageiros, em linhas regulares, e

III - os serviços de transporte aquaviário intermunicipal, abertos ao público, realizados nos rios, lagos, lagoas e baías, que operam linhas regulares, inclusive travessias.

§ 2º - O desconto previsto no *caput* deste artigo estará disponível até uma hora antes do início da viagem.

§ 3º - O beneficiário não fará jus do desconto nos feriados prolongados, dentro de um período não superior a cinco dias, conforme regulamentação da autoridade competente.

§ 4º - O Bilhete de Viagem do Idoso e o bilhete com desconto do valor da passagem são intransferíveis.

§ 5º - Quando a empresa prestadora do serviço efetuar a venda do bilhete de passagem com o desconto previsto no *caput* deste artigo, deverá nele constar essa situação, mediante acréscimo das seguintes informações:

I - desconto para idoso;

II - nome do beneficiário.

Art. 5º - O Bilhete de Viagem do Idoso, será emitido pela empresa prestadora do serviço, em pelo menos duas vias, sendo que uma via será destinada ao passageiro e não poderá ser recolhida pela transportadora, e nela constarão, no mínimo, as seguintes indicações:

I - nome, endereço da empresa prestadora do serviço, nome de inscrição no CNPJ e data da emissão da autorização;

II - denominação “Bilhete de Viagem do Idoso”.

III - número da autorização e da via;

IV - origem e destino da viagem;

V - prefixo da linha e suas localidades terminais;

VI - data e horário da viagem;

VII - número da poltrona;

VIII - nome do beneficiário, e

IX - número do documento de identificação do beneficiário.

Art. 6º - No ato da solicitação do “Bilhete de Viagem do Idoso” ou desconto do valor da passagem, o interessado deverá apresentar documento pessoal que faça prova de sua idade e da renda igual ou inferior a dois salários-mínimos.

§ 1º - a prova de idade do beneficiário idoso far-se-á mediante apresentação de qualquer documento pessoal, com fé pública, que a comprove.

§ 2º - A comprovação de renda será feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

I - Carteira de Trabalho e Previdência Social com anotações atualizadas;

II - contracheque de pagamento ou documento expedido pelo empregador;

III - carnê de contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

IV - extrato de pagamento de benefício ou declaração fornecida pelo INSS ou outro regime de previdência social público ou privado; e

V - documento ou carteira emitida pelas Secretarias Estaduais ou Municipais de Assistência Social ou congêneres.

Art. 7º - A segunda via do “Bilhete de Viagem do Idoso” deverá ser arquivada, permanecendo a mesma em poder da empresa prestadora do serviço nos trezentos e sessenta e cinco dias subseqüentes ao término da viagem.

Parágrafo Único - As empresas prestadoras dos serviços de transporte deverão mensalmente informar ao órgão competente do Poder Executivo, a movimentação de usuários titulares do benefício, por linha e por situação.

Art. 8º - O descumprimento ao disposto nesta lei sujeitará o infrator à sanção de multa, sem prejuízo das demais sanções regulamentares e contratuais, e das de natureza civil e penal.

Parágrafo Único - O valor da multa será fixado pelo órgão competente do Poder Executivo.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.08.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

Apoioamento:

Luciana Rafagnin e Nelsinho Dal Santos.

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso em seu artigo 3º dispõe que tanto o Poder Público quanto a sociedade devem priorizar o efetivo cumprimento dos direitos dos idosos, garantindo o atendimento preferencial a estes junto aos órgãos públicos e privados, estabelecendo em seu artigo 4º punição em caso de desrespeito ao seu enunciado, senão vejamos:

“Art. 3º - É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo Único - A garantia de prioridade compreende:

I - atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;

II - ...

Art. 4º - Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.”

Assim, o Estatuto visa garantir proteção global aos idosos, em face da situação peculiar em que se encontram.

Entende-se por proteção global aquela responsável pela preservação ou recuperação da integridade da pessoa idosa. A lei em comento é minuciosa e completa neste aspecto, tratando, dentre outros temas, da assistência médica-hospitalar, fornecimento de remédios, transporte público gratuito, direito à educação, habitação, esporte e acesso à justiça.

A presente proposição busca ampliar a utilização do benefício relativo ao transporte de passageiros que necessitam do desconto da passagem para o seu deslocamento. A realidade nos mostra que há um número muito grande de pessoas, dentre elas diversos idosos, que precisam viajar a outros municípios para obter atendimento médico-hospitalar ou ter acesso a outros equipamentos públicos, em virtude da precariedade do atendimento oferecido em seus municípios de origem.

O Estatuto do Idoso prevê a possibilidade de concessão de benefícios, relativa ao transporte coletivo, nos âmbitos urbano, semi-urbano e interestadual, sem, contudo, mencionar o transporte intermunicipal. Conforme já exposto é essencial que seja estendido este tipo de benefício, nos moldes do transporte coletivo interestadual, aos idosos que necessitam se locomover de um município a outro na busca pela satisfação de suas necessidades.

Diante do exposto, e na certeza da efetiva proteção do idoso, submeto o presente à apreciação desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 286/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica, pela presente lei, declarada e reconhecida como Entidade de Utilidade Pública Estadual a PROVOPAR - Ação Social de Cantagalo, associação civil, com personalidade jurídica, sede e foro na cidade de Cantagalo, sem fins lucrativos, sem ideologia partidária e sem discriminação racial ou religiosa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 09.08.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Com os estatutos devidamente registrados, o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social com sede e foro na cidade de Cantagalo-PR, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com finalidades filantrópicas, com prazo de duração ilimitado, tem por finalidade atender à criança carente, ao idoso e ao deficiente, organizar a ação do voluntariado, para melhoria dos serviços prestados nas diferentes entidades sociais.

Visa ainda, incentivar a comunidade no processo de desenvolvimento social para uma maior participação, melhorando a condição de vida da população carente, através de uma Educação Popular, promovendo ainda, a integração do Programa com órgãos oficiais que atuam no campo social para melhor atendimento às entidades sociais.

PROJETO DE LEI Nº 287/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica, pela presente lei, declarada e reconhecida como Entidade de Utilidade Pública Estadual a Sociedade de Amigos do Museu Paranaense, associação civil, com personalidade jurídica, sede e foro na cidade de Curitiba, sem fins lucrativos, sem ideologia partidária e sem discriminação racial ou religiosa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 09.08.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Com o Estatuto devidamente registrado, a Sociedade de Amigos do Museu Paranaense com sede e foro na cidade de Curitiba-PR, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com finalidade de fornecer e colaborar para obtenção de recursos financeiros, materiais, humanos e outros necessários, captando contribuições de seus membros, auxílio de entidades públicas ou privadas, doações, de modo a proporcionar a conservação e ampliação do acervo do Museu Paranaense e o desempenho de suas atividades.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de iniciarmos o Pequeno Expediente, queria dar uma justificativa para os Srs. Deputados. Tenho certeza que não haveria necessidade de dar-lhes uma justificativa sobre uma matéria publicada pela Folha de Londrina, no último sábado, referente a aquisições de imóveis pela Associação das Senhoras dos Senhores Deputados - APASDE.

Quero fazer o meu repúdio, como Presidente desta Assembléia, como Parlamentar e como cidadão. Não posso aceitar os termos que foram colocados!

Já mandei consultar a Procuradoria Jurídica desta Casa, para tomar as medidas necessárias com o referido órgão de imprensa.

Quero esclarecer aqui que todas as aquisições foram feitas corretamente, mas que foram feitas, no período de 97, 98 e 99. O patrimônio aí está com o valor superior ao que vale hoje, do que foi adquirido. Não posso aceitar de forma nenhuma, volto a afirmar até como cidadão, as calúnias que foram colocadas em notas naquele jornal!

O meu repúdio àquela matéria da Folha de Londrina!

Eu sempre - democrata que sou - aceito qualquer crítica, não posso aceitar inverdades, quando não se busca ouvir todas as partes dentro do processo!

Por isso, meus colegas Deputados, não poderia deixar de fazer esta manifestação na tarde de hoje.

Agradeço a compreensão de todos os senhores.

Pela ordem, o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Quero, na esteira de seu pronunciamento, somar-me às suas palavras. É muito comum o Poder Legislativo ser atacado frontalmente. Nós temos que ter apenas uma resposta: na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa, quero que a Folha de Londrina remeta a esta Comissão o valor recebido do dinheiro público do Paraná no ano de 1988. Nós começamos uma nova era da política. É preciso que as coisas sejam colocadas às claras. A Comissão já fez este requerimento e o jornal não conseguiu, até o presente momento, justificar o volume recebido, que certamente é muito dinheiro, posso dizer que é acima de 40 milhões de reais, de 96, 97, 98 e 99.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

No horário destinado ao PFL, concedemos a palavra ao Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes do recesso de julho, o Governador enviou a esta Assembléia Legislativa uma mensagem aumentando o capital social da SANEPAR. Nós questionamos - naquela oportunidade - a sua legalidade e até da forma como estava sendo conduzido esse processo de integralizar a dívida que a SANEPAR tinha com o Governo do Estado, em relação aos recursos que lá foram alocados, recursos do PARANASAN!

E, para que fique registrado hoje, nos Anais desta Sessão e da Assembléia Legislativa, vamos fazer um pequeno pronunciamento em relação à SANEPAR.

(Lê):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de começarmos o recesso parlamentar, no mês de julho, o Governo votou como um rolo compressor a matéria que determinava o aumento do capital social da Sanepar, mas durante o recesso de julho, o Superior Tribunal de Justiça deu razão aos argumentos da Oposição e da Ministra Eliana Calmon, e derrubou o decreto do Governador Roberto Requião, anulando o contrato de acionistas da Companhia. Desta forma, Srs. Deputados, o governo continua impedido de efetuar o aumento de capital social da empresa.

O atual governo, conhecido pela prática de romper contratos, desta vez não obteve sucesso. Além disso, a alegação de que o Estado estaria aumentando sua participação na companhia estadual, com o aporte de quase 400 milhões ainda não foi devidamente explicado, pois o Governo do Paraná já detém o maior controle acionário sobre a empresa.

Apesar disso, precisamos tomar uma atitude o mais rápido possível, pois todos os atos da atual diretoria da Companhia estão *sub judice*, por conta dessa mesma decisão do Supremo Tribunal de Justiça, que também cancelou o contrato de acionistas da empresa, ou seja, a SANEPAR não pode realizar obras.

E tudo isso se deve ao impasse criado pelo Governador Roberto Requião, que briga com os sócios privados da Companhia.

Por essa razão, o Governo vem tentando mudar a composição da direção da empresa, e ao mesmo tempo iniciou uma operação para aumentar o capital social, transformando uma dívida da Companhia em ações.

Quanto a isso, nada podemos fazer, pois os Deputados da Situação, junto com o rolo compressor do Governo, já aprovaram a medida, mas não podemos permitir que a SANEPAR fique engessada por atitudes como essa.

Ainda durante o nosso recesso, o Governo Requião divulgou um balanço dos 18 meses que esteve à frente do Estado. No quesito saneamento, disse que pretende investir R\$450 milhões em 2004.

Só gostaria de saber como o Governo pretende fazer isso, pois a única ação que vimos até agora, foi a paralisação das obras de saneamento ambiental do programa PARANASAN, já que o Governador Requião promoveu um bloqueio à contratação do empréstimo para o Programa, que beneficia a população paranaense com a ampliação do abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto.

Pelo bem do nosso povo e pela retomada das obras - pois nada justifica a paralisação da SANEPAR -, exigimos uma explicação do Governador Roberto Requião."

O Paraná não pode continuar sendo administrado por um homem que não desce do palanque e só critica, ainda, o Governo passado. E uma frase que lhe é peculiar, tanto ele, por algum Secretário do Governo, dizendo da herança maldita do Governo passado. Quase se passaram dois anos de administração do Governo do Estado do Paraná; obras novas não existem no Estado. Se não existissem os Programas do Governo passado, ou seja, o próprio PARANASAN, o Paraná Urbano, somando os recursos deixados no Paraná Urbano II, somando mais o Fundo de Desenvolvimento Urbano, somando 160 milhões de dólares e o dinheiro que retorna dá quase um bilhão de reais, que esse Governo tem, de um programa deixado pelo governo passado.

O Paraná 12 meses, foi iniciado no governo passado, quando o nosso Presidente Hermas Brandão era Secretário da Agricultura, dinheiro a Fundo Perdido para os nossos agricultores, para atender o pequeno e o minia-

gricultor foram deixados 600 milhões de reais à sua disposição; só buscar o dinheiro junto ao BIP que já estava aprovado.

Se não existissem esses programas, o Governo do Estado do Paraná não existiria no Interior. E, se algum Deputado conhece o Programa do atual Governo que não seja o iniciado pelo Governo passado, o mesmo recurso, o próprio BID-4, o BID-5, não teriam obras no interior e tudo estaria paralisado, e vem o Governo do Estado ainda dizer: "Herança maldita do Governo passado".

Se não bastasse esses programas que acabei de citar, ainda deixou na poupança do ICMS, aquele ICMS que as novas indústrias que se estabeleceram no Paraná deixaram, um bilhão de reais, para ser arrecadado no período de quatro anos do atual Governo.

Esta é a herança maldita para eles, mas, se não fosse o Governo do Estado desenvolver a industrialização no Paraná, aumentando a receita do Estado, eu queria ver o que é que o Governo estaria fazendo hoje.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu achei muito oportuno fazer esse registro em relação àquilo que está acontecendo agora no Estado, principalmente no rompimento dos contratos unilaterais que estão acontecendo no Paraná, e o Governo está perdendo um processo atrás do outro, aqui em Curitiba ou mesmo em Brasília, como aconteceu, eu acabei de citar - o caso da SANEPAR.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PSDB.

(**Declina**)

PDT. Com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Eu só quero fazer uma colocação, Sr. Presidente de que estamos encaminhando à Mesa no dia de hoje a transcrição de um artigo de Léo de Almeida Neves, que foi Deputado Federal, Diretor do Banco do Brasil, e trabalhista histórico, onde ele faz comentários, os mais elevados, à figura de Walter Pécoits, que é o referencial de idealismo, ele que foi também Deputado Estadual nesta Casa e que serviu à Pátria no Governo João Goulart, e que tem fincada as suas raízes no Sudoeste do Estado do Paraná, o Walter Pécoits, que nos deixou recentemente, gaúcho, médico de profissão, e que lamentavelmente não está mais entre nós.

Uso, então esse pequeno espaço da Liderança do PDT, para fazer esta menção na tarde de hoje e, uma referência a Léo de Almeida Neves, pela maneira com que tratou Walter Pécoits.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PT.

(**Declina**)

PMDB.

(Declina)
Liderança da Oposição.
(Declina)
Liderança da Situação.
(Declina)
Liderança do Governo.
(Declina)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 023/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto constante do expediente, sugerindo a criação, através da Secretaria de Estado da Educação, no currículo escolar de ensino médio, da disciplina de “Fundamentos da Cidadania”, com ênfase na estrutura familiar, responsabilidade na guarda e educação dos filhos, sexualidade, prevenção contra a violência familiar e uso de drogas. **À Comissão de Educação, Cultura e Esportes.**

Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Deputado Hermas Brandão, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida. Protocole-se. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa para providências.**

Projeto de Lei de autoria do Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Padre Paulo Campos com apoio da Deputada Luciana Rafagnin e do Deputado Nelsinho Dal Santos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei em nº 02 (dois) de autoria do Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1301, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições de veto-itens 01, 02 e

03 da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 003/2004, veto aposto ao Projeto de Lei nº 248/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre proibição de inscrição de usuários de serviços públicos em cadastro de devedores e sobre a suspensão de execução dos contratos da Administração Pública Estadual com os denominados “Serviços de Proteção ao crédito. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 315/2003

Curitiba, 12 de dezembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 277/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 248/2003, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que a administração pública estadual, direta e indireta, assim como pessoas jurídicas a ela de qualquer forma vinculadas com o Serviço Público, ficam proibidas de inscrever nome ou CPF de cidadão inadimplentes, residentes ou domiciliados no Estado do Paraná, em qualquer tipo de cadastro de devedores.

A negativa de sanção decorre da inconstitucionalidade da medida porque, contendo vício de iniciativa do processo legislativo, afronta o preceito contido no artigo 66, inciso IV, da Carta Estadual.

A matéria, submetida à análise da Procuradoria Geral do Estado, teve ressaltado não só o citado aspecto do vício da iniciativa, como também demonstrado jurisprudência da Suprema Corte em caso análogo e feita outras abordagens, cujo Parecer, adiante transcrito, utilizo como razões fundamentais do veto ora apostado.

“Cuida o presente protocolado de pedido do Chefe da Casa Civil para que esta Casa, através desta especializada, analise os termos do Projeto de Lei nº 248/2003, de autoria do Deputado Estadual Ratinho Júnior.

O projeto de lei em destaque trata, com gizado, da proibição de inscrição de usuário de serviços públicos estaduais em cadastros de devedores e sobre a suspensão de execução dos contratos da administração pública estadual com os denominados “serviço de proteção ao crédito”.

O presente projeto de lei não é novo.

É que em agosto de 2002 o então Deputado Estadual Antônio Carlos Baratter apresentou Projeto de Lei nº 558/2002, idêntico ao projeto em exame.

Naquela oportunidade, a Liderança do Governo, com arrimo no Parecer nº 648-2002 da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, pronunciou-se pela inconstitucionalidade do referido projeto (nº 558/2002), ao argumento de que haveria grave vício de iniciativa na proposta de lei.

O citado projeto de lei do então Deputado Antônio Carlos Baratter, tinha a seguinte redação:

“Art. 1º - A Administração Pública direta e indireta, bem como as pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviço público ficam proibidas de inscrever o nome do CPF de cidadãos inadimplentes, residentes ou domiciliados no Estado do Paraná, em qualquer tipo de cadastro de devedores.

Art. 2º - Fica suspensa a execução de contrato ou ajuste a qualquer título, firmado entre a Administração Pública direta e indireta e os denominados, “serviços de proteção ao crédito”, expressão genérica que abrange empresa, sistema e serviços de cadastro de devedores.

Parágrafo Único - Compete à Secretaria do Planejamento, proceder o levantamento e bloqueio dos recursos orçamentários e extra-orçamentários administrativos por órgãos e quaisquer das entidades de que a Administração Pública Estadual participe, recolhendo os respectivos instrumentos, suspensos nos termos deste artigo.

Art. 3º - As pessoas jurídicas de direito privado que mantiverem contratos com os “serviços de proteção ao crédito” ficam proibidas de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Paraná, bem como poderão receber qualquer benefício ou isenção, inclusive de caráter tributário.

Art. 4º - A Administração Pública direta e indireta e as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, por violação desta lei, causarem aos cidadãos residentes e domiciliados no Estado do Paraná assegurado o direito de regresso contra o agente responsável.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

O atual projeto de lei, subscrito dessa vez pelo parlamentar Ratinho Júnior, trata do mesmo assunto e, praticamente tem os mesmos termos, mantendo, inclusive, por óbvio, o mesmo vício do vetusto Projeto de Lei nº 558/2002, ou seja, vício na iniciativa da proposta legislativa.

Ora, de longa data tem se alertado o Parlamento Estadual que a regulação (*latu sensu*) da Administração Pública Estadual, seja ela direta ou não, inclusive os seus servidores, é da competência privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual e não da augusta Assembléia Legislativa.

A proposta legislativa, da forma como está, cria entraves burocráticos para regular andamento da Administração Pública, na qualidade de prestadora de serviço público primário e secundário, ferindo, portanto, indireta-

mente, o artigo 66, inciso IV, e, diretamente, o artigo 87, inciso IV e VI da Constituição Estadual.

Sobre o tema, cita-se excelentes julgados do Supremo Tribunal Federal que, *mutatis mutandis*, tem inteira aplicação ao caso vertente, *verbis*.

“Ementa ação direta de inconstitucionalidade - Instauração de Processo Legislativo - Projeto de Lei vetado - Veto Governamental Rejeitado - Criação do Conselho de Transporte da Região Metropolitana de São Paulo - Cláusula de Reserva - Usurpação de iniciativa do Governador do Estado - Medida Cautelar deferida e referendada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal.

- A disciplina normativa pertinente ao processo de criação, estruturação e definição das atribuições dos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Estadual traduz matéria que se insere, por efeito de sua natureza mesma, na esfera de exclusiva iniciativa do Chefe do Poder Executivo local, em face a cláusula de reserva inscrita no artigo 61, parágrafo 1º, II, “e”, da Constituição da República, que consagra princípio fundamental inteiramente aplicável aos Estados - membros em tema de processo legislativo. Precedentes do STF.

- O desrespeito à prerrogativa de iniciar processo de positivação do Direito, gerado pela usurpação do poder sujeito à cláusula de reserva, traduz vício jurídico de gravidade inquestionável, cuja ocorrência reflete típica hipótese de inconstitucionalidade formal, apta a informar, de modo irremissível de inconstitucionalidade formal, apta a informar, de modo irremissível, a própria integridade do ato legislativo eventualmente editado. (ADIN 1391/SP, DJ de 28/11/97, pg. 62216)

“ADIN 805-6-RS - Inconstitucionalidade do parágrafo 5º do artigo 1º da Lei Estadual nº 9.693, de 27.07.1992, do Estado do Rio Grande do Sul.

Processo legislativo: emenda de origem parlamentar da qual decorreu aumento da despesa prevista, a projeto do Governador do Estado, em matéria reservada a iniciativa do Poder Executivo: inconstitucionalidade, visto serem de observância compulsória pelos Estados e regras básicas do processo legislativo da Constituição Federal - entre as quais as atinentes à reserva de iniciativa - dada a sua implicação com o princípio fundamental da separação e independência dos Poderes (Ministro Relator, Sepúlveda Pertence, julgamento em 17.12.1998)”

“A jurisprudência do STF - embora ainda não definitivamente firmada - tende a considerar (...) que as linhas básicas do modelo constitucional federal do processo legislativo - em particular as que dizem com a iniciativa reservada e com os limites do poder de emenda parlamentar - se inserem no conteúdo do princípio da independência a harmonia dos poderes e se impõem, portanto, à observância compulsória dos ordenamentos estaduais (ADIN MC 822, de 05.02.1993).”

Diante do que foi exposto, têm-se que o Projeto de Lei nº 248/2003, de autoria do ilustre Deputado Estadual Ratinho Júnior, é inconstitucional por conter vício de iniciativa na proposição da lei que, como é cediço, não é

passível de convalidação nem pela sanção - do referido projeto - pelo Governador do Estado.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 248/2003 encontra-se publicado no DA nº 029/2003, A 07/05/2003).

PARECER À PROPOSIÇÃO-VETO Nº 03/2004

O Projeto de Lei nº 248/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, objeto de veto do Governador, dispõe sobre proibição de usuário de serviços públicos em cadastro de devedores e sobre a suspensão de execução dos contratos da Administração pública Estadual, com os denominados “serviços de proteção ao crédito”.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.02.2004.

(aa) HERMAS FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 046/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 011/2003, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza a doar à Associação Comercial e Industrial de Ribeirão do Pinhal, o imóvel que especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 96/2004.

Curitiba, 02 de junho de 2004.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 033/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 011/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar à Associação Comercial e Industrial de Ribeirão do Pinhal, o lote de terreno urbano, parte da data nº 05, do quarteirão nº 43, de propriedade do Estado conforme matrícula nº 1.377, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

A negativa de acolhimento ao projeto de lei em referência, decorre de pronunciamento da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, órgão da Secretaria de Estado

da Administração e da Previdência, esclarecendo que o pretendido imóvel foi, em julho de 2002, transferido à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, a pedido daquela Pasta, “tratando-se, portanto, de imóvel necessário ao serviço público estadual, e que vem aliviar o Erário no custeio com locações”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 011/2003, encontra-se publicado no DA nº 001/2003, de 18/02/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 046/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 011/2003, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, objeto de veto do Governador, autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Comercial e Industrial de Ribeirão do Pinhal-PR, o imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 047/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 625/2003, de autoria do Deputado Miltilino Pupio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Kaloré. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 96/2004.

Curitiba, 02 de junho de 2004.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 036/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 625/2003, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 625/2003, encontra-se publicado no DA nº 019/2004, de 29/03/2004, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 047/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 625/2003, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, objeto de veto do Governador, autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Kaloré-PR.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito à Deputada Cida Borghetti, para que proceda à chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

Trinta e cinco Srs. Deputados votaram.

Designo a comissão, composta pelos Deputados, Pedro Ivo Ilkiv, Deputado Neivo Beraldin, para proceder o escrutínio dos votos.

Pela manutenção dos vetos: vinte e um votos.

Pela derrubada dos vetos: quatorze votos.

Estão mantidos os vetos.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/2003, de autoria do Deputado Natálio Stica, que altera o artigo 4º da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995 que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI Nº 256/2003

Emenda Modificativa ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 256/2003, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - O art. 4º da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que prevê o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Auto-

motores (IPVA), fica acrescido ao inciso I (1% (um por cento) para:) a seguinte alínea:

‘Art. 4º -

I -

c) veículos automotores que utilizem como combustível o Gás Natural Veicular (GNV).’ ”

Sala das Sessões, em 30.03.2004.

(a) NATÁLIO STICA

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Augustinho Zucchi, Padre Paulo Campos e Ângelo Vanhoni.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela foi elaborado antes da promulgação da Lei Estadual nº 14.260/2003, que alterou a Lei nº 11.280/95, razão pela qual se faz necessária a devida atualização do projeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 256/2003

P A R E C E R :

A Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 256/2003, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Natálio Stica, tem por desígnio alterar a redação do artigo 1º do Projeto de Lei nº 256/2003.

Histórico

A emenda ora sopesada, em sua justificativa, ressalta que, o Projeto de Lei nº 256/2003, foi elaborado antes da promulgação da Lei Estadual nº 14.260/2003, que alterou a Lei nº 11.280/95, razão pela qual se faz necessária a devida atualização do projeto de lei, ressaltando-se que o mérito e o conteúdo não foram alterados, tratando-se exclusivamente de correção de redação.

Fundamentação

Com efeito, cabe-nos nesta seara analisar a constitucionalidade e legalidade da referida emenda, ficando defesa a análise do seu mérito.

Devemos fazer resplandecer que o referido projeto de lei pode encontrar alguns óbices de natureza constitucional, a saber:

Em uma primeira análise, concluímos que o Projeto de Lei nº 256 tinha por escopo alterar a Lei nº 11.280/95, lei esta que fora revogada pela Lei nº 14.260/2003. Em outras palavras, ao longo da tramitação do Projeto de Lei nº 256, a lei que pretendia alterar foi revogada, fazendo com que perdesse seu objeto.

Ademais, podemos interpretar o presente projeto como afronta ao princípio constitucional da igualdade ao passo que os veículos que usam o GNV podem, com um simples recurso do sistema implantado, funcionar com outro tipo de combustível, seja ele gasolina, álcool, etc.

Conclusão de Relatório

Diante da situação ora gizada, este Parlamentar manifesta-se de modo desfavorável em vista da constitu-

cionalidade da matéria, por ferir os ditames constitucionais acima elencados.

Sala das Comissões, em 04.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Apoiamento:

Pedro Ivo Ilkiv, Duílio Genari, Nelson Tureck, Antonio Anibelli, Dr. Luciano Ducci, Tadeu Veneri, Delegado Bradock, Vanderlei Iensen, Chico Noroeste, Barbosa Neto, Jocelito Canto, Neivo Beraldin e 1 ilegível.

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Aprovado, artigo por artigo.

Está em votação a emenda.

Os Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. Vinte e sete Deputados favoráveis.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Cinco Srs. Deputados.

Está **aprovada** a emenda.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 073/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que institui no Estado do Paraná o Festival Estadual de Música Gospel, destinado a fomentar a divulgação deste gênero musical. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 017/2004, de 23/03/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 073/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ailton Araújo, objetiva instituir, no Estado do Paraná, o Festival Estadual de Música Gospel.

Fundamentação

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional ou legal para a proposição que tem por objetivo fomentar a divulgação deste gênero musical religioso. Vale salientar que a Secretaria de Estado da Cultura apresentou parecer favorável ao mesmo.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 073/2004.

Sala das Comissões, em 15.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NESLON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 073/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ailton Araújo, institui no Estado do Paraná, o Festival

Estadual de Música Gospel destinado a fomentar a divulgação deste gênero musical.

Quanto aos aspectos sobre o qual esse parlamentar deve se manifestar, nada tem a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais, conforme relatado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, no âmbito desta Comissão, deve-se ressaltar que o autor deste projeto de lei pretende divulgar a música gospel perante os meios de comunicação, divulgando assim a arte e a cultura.

Diante desta situação, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 02.08.2004.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 112/2004, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, que determina o direito da gestante atendida pelo Sistema Único de Saúde, no Paraná, a exames de detecção do HIV na gestação e/ou parto e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 025/2004, de 12/04/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 112/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, determina o direito da gestante, atendida pelo Sistema Único de Saúde, no Paraná, a exames de detecção do HIV na gestação e/ou parto e dá outras providências.

O projeto, além de determinar a realização do exame, assegura o direito ao tratamento às portadoras do HIV. Nos termos do projeto, ficam assegurados também os direitos dos filhos recém-natos das portadoras do HIV.

O parecer é pela tramitação regimental e que seja submetido ao Plenário.

Sala das Comissões, em 08.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 112/2004

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, tem por objetivo determinar o direito da gestante, atendida pelo Sistema Único de Saúde, no Paraná, a exames de detecção do HIV na gestação e/ou parto e dá outras providências.

Tal proposição já mereceu da Comissão de Constituição e Justiça, pela tramitação regimental e que seja submetido ao Plenário. Esta Comissão de Saúde Pública chamada a opinar conclui que o projeto visa tomar medidas adequadas que quando levadas a cabo durante a

gestação têm se mostrado altamente eficazes na prevenção da transmissão vertical do vírus HIV.

Diante do exposto, somos pela parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.04.2004.

(aa) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de lacre higiênico na parte de fora das latas que contêm bebidas de toda a espécie, oferecidas ao consumo da população. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. Aprovado. (Publ. no DA nº 033/2004, de 27/04/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 138/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 138/2004, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Jocelito Canto, tem por designio dispor sobre a obrigatoriedade do uso de lacre higiênico na parte de fora das latas que contêm bebidas de toda a espécie, oferecidas ao consumo da população.

1. Histórico

Chamada esta Comissão a manifestar-se, com sustentáculo no artigo 43, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, cabe-nos nesta seara analisar a constitucionalidade e legalidade do referido projeto de lei, cujo designio é, em prol da saúde pública, combater doenças transmissíveis através da contaminação de latas de bebidas, através da colocação de selo higiênico nos recipientes acima citados.

2. Conclusão de Relatório

Diante da situação ora gizada, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 138/2004

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Jocelito Canto, tem por objetivo dispor sobre a obrigatoriedade do uso de lacre higiênico na parte de fora das latas que contêm bebidas de toda espécie, oferecidas ao consumo da população.

Tal propositura já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Saúde Pública, chamada a opinar, conclui que o projeto visa proteger a saúde dos consumidores de bebidas enlatadas e engarrafadas.

Diante do exposto, somos pelo parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.2004.

(aa) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente

NELSON TURECK - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que institui no calendário oficial do Estado do Paraná a Semana da Defesa e Valorização da Língua Portuguesa, iniciando dia 15 de outubro de cada ano. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. Aprovado. (Publ. no DA nº 042/2004, de 17/05/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 178/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, institui a Semana Estadual da Defesa e Valorização da Língua Portuguesa e dá outras providências.

Na essência, o projeto objetiva estimular a realização de eventos voltados à defesa e valorização da Língua Portuguesa.

Propõe a realização de gincanas, concursos, premiações e outros eventos culturais.

Quanto aos aspectos formais e legais não há nada que obste a tramitação regimental da proposição.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 178/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 178/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, institui a semana Estadual da Defesa e Valorização da Língua Portuguesa.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

É meritória a preocupação com a valorização da língua portuguesa, sobretudo nesta época em que várias instituições estão divulgando pesquisa sobre a alarmante situação da alfabetização no País.

O ensino brasileiro precisa ser urgentemente revisto, sob pena de comprometer o desenvolvimento das

futuras gerações. A deficiência no ensino gera reflexos nefastos que devem ser combatidos.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 178/2004.

Sala das Comissões, em 02.08.2004.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1276, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Luiz Carlos Martins, Ademar Traiano e demais Deputados, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1284, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Deferido.**

Quero informar ao nobre Deputado Rafael Greca, que nesse dia não teremos Sessão. Fica deferido, então, nobre Deputado.

Requerimento nº 1292, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1293 e 1294 de autoria dos Deputados Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni e Elio Rusch, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. NATÁLIO TICA (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1295, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni, Elio Rusch e Ademar Traiano, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. NATÁLIO TICA (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1249, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1251 e 1252, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1254 a 1256, 1260 e 1261, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1257, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 1258, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1265, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1280, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1285 a 1290, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1298 e 1299, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1300 de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 1302, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1305, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1306, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1311 de autoria dos Deputados Durval Amaral, Barbosa Neto, Valdir Rossoni e demais Deputados, constante do expediente. **Retirado pelos autores.**

Requerimentos nºs 1313 e 1314, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1315, de autoria dos Deputados Elio Rusch e Delegado Bradock, com apoio dos Deputados Neivo Beraldin, Pedro Ivo Ilkiv, Padre Paulo Campos e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1316, de autoria do Deputado Durval Amaral, Barbosa Neto, Ademar Traiano e demais

Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1317 e 1318, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1318-A, de autoria dos Deputados Durval Amaral e Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Quero informar aos Srs. Parlamentares que amanhã o Pequeno expediente e o Grande Expediente estarão reservados para a Sessão Solene em homenagem à Polícia Militar do Paraná, pelos seus 150 anos de criação.

Requerimento nº 1278, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Quero alertar ao Deputado Tadeu Veneri que, se houver alguma ocorrência durante a convenção, a responsabilidade será do Deputado solicitante.

Quero solicitar aos Srs. Líderes Partidários para indicação dos membros da Comissão Parlamentar Especial para investigar e apurar as freqüentes denúncias de irregularidades praticadas por organizações da sociedade civil de interesse público, as OSIP's e demais organizações não governamentais, as ONG's em território paranaense.

Como são de sete membros, o PMDB tem o direito de indicar dois membros: o PT, o PSDB, o PFL, o PPS e o PDT, um membro de cada Partido, solicito aos Srs. Líderes Partidários para que a indicação seja feita até na próxima quarta-feira, senão esta presidência tomará a liberdade de fazer as referidas indicações.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 073, 112, 138 e 178/2004.

Comunico ainda aos Srs. Parlamentares que os Horários do Pequeno e Grande Expedientes, serão reservados à Sessão Solene em homenagem aos 150 anos da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO BARBOSA NETO, EM SESSÃO DO DIA 09 DE AGOSTO DE 2004.

Investigação Criminal pelo MP:

Questão de Regulamentação

Milton Riquelme de Macedo

A possibilidade de promotores e procuradores realizarem investigações de caráter criminal é motivo de exaustivos debates neste momento, quando está para ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal recurso do deputado federal licenciado Remy Trinta (PL-MA), acusado de desviar verbas do Sistema Único de Saúde.

O Deputado argumenta que a acusação se baseia exclusivamente em dados colhidos pelo Ministério Público, que não teria atribuição para conduzir investigações criminais. Segundo a tese, a função investigatória caberia apenas à Polícia.

Nós, membros do Ministério Público, apoiados por diversos órgãos e segmentos da sociedade, temos a certeza, jurídica e moral, de que temos essa prerrogativa. Primeiro, porque, constitucionalmente, somos os titulares exclusivos da ação penal pública, ou seja, os únicos responsáveis por denunciar os envolvidos nos crimes dessa natureza. Mesmo sendo a Polícia Judiciária responsável pelo inquérito policial, não é ela quem pode fazer a denúncia à Justiça. Se podemos requisitar que ele faça determinada investigação ou diligência, se podemos determinar a abertura de um inquérito policial, e se devemos elaborar a principal peça da acusação, a denúncia criminal, por que não podemos, em casos específicos, conduzir as investigações em procedimento próprio? Se o ônus da prova é de quem acusa, é natural que o promotor possa conduzir determinadas investigações, para que seja capaz de provar sua pretensão e sustentar as provas em juízo.

Segundo, porque não é somente da Polícia a prerrogativa da investigação. Outras instituições, como Receita Federal, Banco Central, INSS, Ministério do Trabalho e o próprio parlamento, por exemplo, com as comissões parlamentares de inquérito, têm o poder de investigar.

Terceiro, porque não queremos, e não podemos permitir que investigações e ações penais relevantes feitas pelo Ministério Público, em todo o país - como, por exemplo, sobre os desvios no Fórum Trabalhista de São Paulo, o escândalo da SUDAM ou as remessas ilegais de dólares atribuídas ao ex-Prefeito Paulo Maluf - sejam questionadas e, possivelmente, anuladas. Isso poderia ocorrer a partir de uma decisão do STF favorável ao recurso do Deputado maranhense, que criaria precedente, provocando centenas de recursos com a mesma argumentação. Assistiríamos, pasmos, à instalação do caos

jurídico, com a possibilidade de revisões criminais até em casos com trânsito em julgado.

Uma das críticas mais contundentes feitas pelos opositores da investigação criminal pelo Ministério Público reside no fato de que o inquérito feito pela Polícia é normatizado por leis e que o procedimento investigatório feito pela instituição ministerial não se submete a normas preestabelecidas. Pois bem - embora já existam alguns mecanismos de fiscalização do trabalho dos membros da Instituição, como a própria atuação das corregedorias - essa tese irá por terra muito em breve, uma vez que os Ministérios Públicos Federal e Estaduais de todo o país estão finalizando as discussões em torno de uma regulamentação específica para a investigação. O MP do Paraná, que já conta com um projeto de resolução disciplinando o tema, realiza, nos dias 12 e 13 desta semana, um seminário regional para definir a questão. Na semana seguinte, de 19 a 22, os MP's do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul se reúnem para a mesma discussão. O Ministério Público Federal, por sua vez, está para submeter projeto similar de resolução a seu Conselho Superior. Ou seja, em brevíssimo espaço de tempo, os MP's terão regras claras para a atuação investigatória, que deverão ser seguidas por seus membros, com total transparência e nitidez.

Deixamos claro, uma vez mais, que não queremos ocupar o espaço dos órgãos policiais. Pelo contrário. Queremos trabalhar em parceria com essas instituições, como já vem ocorrendo, tanto em nível nacional, como estadual. Nesse caso, lembrando sobretudo da atuação das promotorias de investigação criminal, cuja unidade de Curitiba, que completa 10 anos neste 2004, vem demonstrando a importância e a eficácia de uma atuação integrada com as Polícias Militar e Civil.

Queremos oferecer à população o trabalho eficaz de uma instituição que conta com prerrogativas não existentes nos organismos policiais. Seus membros têm independência funcional e não podem ser removidos de suas comarcas ou afastados de suas investigações se não manifestarem formalmente o desejo. Por isso podem trabalhar com mais isenção em casos, por exemplo, como os que envolvem autoridades de qualquer instituição ou poder. Podem contribuir em muito na atuação contra o crime organizado, a lavagem de dinheiro e a sonegação fiscal, por exemplo, grandes ralos do dinheiro público.

Acreditamos firmemente que o STF, como corte máxima deste país, defensora dos preceitos constitucionais, não cortará as raízes de um trabalho sério, que vem contribuindo para a construção de uma sociedade com mais fé na Justiça. Que assim seja.

Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PAUTA 10/08/2004
ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 44/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que obriga as concessionárias e revendedoras de veículos usados a informarem ao DETRAN sobre a operação de venda de veículos. **Relator: Deputado Durval Amaral, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 78/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a determinar providências para regulamentar a exposição pública de revistas e quaisquer outras publicações cujas capas provoquem constrangimentos de ordem social aos clientes de bancas de jornal e livrarias. **Relator: Deputado Nelson Justus, designado em 06.05.2004. Vistas ao Deputado José Maria Ferreira, em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 98/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que faculta às Prefeituras Municipais, onde não exista agência/posto de atendimento de bancos oficiais, efetuar movimentações financeiras nas cooperativas de crédito. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 06.05.2004. Vistas aos Deputados Delegado Bradock e Marcos Isfer, em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 141/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a doação de alimentos por restaurantes e empresas que industrializam e/ou distribuem alimentos industrializados no Estado do Paraná. **Relator: Deputado Marcos Isfer, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 154/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que inclui a alevinação em rios e córregos no Programa Estadual de Matas Ciliares. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 08.06.2004. Vistas aos Deputados Delegado Bradock e Marcos Isfer, em 22.06.2004.**

Projeto de Lei nº 155/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação do Programa de Atendimento Psicopedagógico nas Escolas da Rede Pública de Ensino Fundamental e Médio. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 160/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que institui o Título Honorífico Mérito Policial do Estado do Paraná. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 08.06.2004. Vistas ao Deputado Delegado Bradock, em 22.06.2004.**

Projeto de Lei nº 164/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que concede isenção ao pagamento da taxa da cédula de identidade para as pessoas com renda mensal de até 02 salários mínimos. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 168/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que institui a disciplina ambiental no Ensino Público Estadual. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 169/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que obriga supermercados a contratar empacotadores. **Relator: Deputado Durval Amaral, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 171/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Vale-Turismo. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 174/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que torna obrigatório no âmbito do Estado do Paraná a utilização de controladores de velocidade tipo lombadas eletrônicas em substituição aos chamados pardais. **Relator: Deputado Durval Amaral, designado em 08.06.2004.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS E
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 119/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que isenta do pagamento da tarifação de transporte de portadores de doenças renais crônicas e pacientes de hemodiálise nas linhas intermunicipais administradas pelo DER. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 163/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que cria sistema de transporte aos alunos das escolas públicas do Paraná para realizarem atividades curriculares e extra-curriculares. **Relator: Deputado Durval Amaral, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 176/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que estabelece a obrigatoriedade de sinalização em rios mananciais de abastecimento. **Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 177/2004, de autoria do Deputado Ademir Bier, que dá denominação ao terminal de transporte coletivo do Cachoeira em Almirante Tamandaré. **Relator: Deputado Nelson Justus, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 179/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, que altera a redação da Lei nº 13.411/2001, que criou o Programa Parceiro da Escola. **Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 180/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que determina que o licenciamento de veículos de propriedade do Governo do Estado (Administração Direta e Indireta) sejam licenciados nas cidades onde prestarão serviços. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 187/2004, de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção permanente do Kit Vida em estabelecimentos públicos ou privados. **Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 189/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que proíbe a cobrança de taxa bancária para o pagamento de aluguel por parte das administradoras de imóveis situadas no Estado do Paraná. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 191/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio-transporte ao desempregado pelo período de trinta dias. **Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 192/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que proíbe a cobrança de tarifa de assinatura aos usuários de telefone do Estado do Paraná. **Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 193/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que proíbe a cobrança da taxa bancária para os pagamentos de qualquer tipo de conta, taxa ou tributo no Estado do Paraná. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 195/2004, de autoria da Bancada do PT, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Ladislau Biernaski. **Relator: Deputado Nelson Justus, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 199/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que cria o Programa de Aproveitamento de Alimentos não Consumidos. **Relator: Deputado Marcos Isfer, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 203/2004, de autoria do Poder Executivo, que objetiva prorrogar prazo para conclusão dos trabalhos previstos nas Leis nºs 11.255 e 13.570 - Indenizações às Pessoas Detidas sob Acusação de Participação Política. **Relator: Deputado Marcos Isfer, designado em 15.06.2004. Vistas ao Deputado Delegado Bradock, em 22.06.2004.**

Projeto de Lei nº 205/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que obriga a empresa concessionária do serviço de abastecimento de água do Paraná instalar equipamento eliminador de ar. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 215/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Vale-Transporte ou Auxílio-Transporte para os servidores efetivos das Secretarias Estaduais de Saúde e Educação. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 216/2004, de autoria do Poder Executivo, que objetiva a criação do Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Estado. **Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 15.06.2004.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS E
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 246/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 7.257/79, alterada pelas Leis nºs 7.812/83 e 9.174/89 - Taxa de Segurança. Com Emenda de Plenário. **Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 24.06.2004.**

Projeto de Lei nº 234/2004, de autoria do Deputado Reni Pereira, que institui o Programa Casa Populares. Com Emenda de Plenário. **Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 23.06.2004.**

Projeto de Lei nº 254/2004, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os quadros de servidores do Poder Judiciário. **Relator: Deputado Hermes Fonseca, designado em 03.08.2004.**

Proposição-Veto nº 50/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 17/2004 de autoria do Deputado Marcos Isfer, que dispõe sobre a estadualização da estrada Municipal que liga a Cidade de Coronel Domingos Soares ao km 1,5 da PR-449, no Município de Palmas. **Relator: Deputado Antonio Anibelli, designado em 03.08.2004.**

Proposição-Veto nº 52/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 207/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre a ampliação dos contratos de concessão e arrendamento efetuados com órgãos da Administração Indireta do Estado. **Relator: Deputado Antonio Anibelli, designado em 03.08.2004.**

Proposição-Veto nº 53/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 99/2004 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Estado do Paraná doar imóvel ao Município de Dois Vizinhos. **Relator: Deputado Antonio Anibelli, designado em 03.08.2004.**

Proposição-Veto nº 54/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 47/2004 de autoria do Deputado Waldir Leite, que autoriza o Estado do Paraná efetuar cessão de imóvel ao Município de Antonina. **Relator: Deputado Nelson Justus, designado em 03.08.2004.**

Proposição-Veto nº 55/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 65/2004 de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino do alfabeto de comunicação de surdos e mudos nas escolas da rede pública estadual. **Relator: Deputado Nelson Justus, designado em 03.08.2004.**

Proposição-Veto nº 56/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 695/2003 de autoria do Deputado Reni Pereira, que renumera o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 14.078/03 - Mosquito Aedes Aegypti. **Relator: Deputado Nelson Justus, designado em 03.08.2004.**

Proposição-Veto nº 57/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 69/2004 de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, que altera a denominação da entidade beneficiada pelo plano da aplicação da Lei nº 14.275/03 - orçamento. **Relator: Deputado Nelson Justus, designado em 03.08.2004.**

Proposição-Veto nº 58/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 75/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga dispositivos da Lei nº 12.355/98 - COPEL. **Relator: Deputado Nelson Justus, designado em 03.08.2004.**

Proposição-Veto nº 59/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei Complementar nº 688/2003 de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre o funcionamento das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná. **Relator: Deputado Nelson Justus, designado em 03.08.2004.**

Proposição-Veto nº 60/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 124/2004 de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2005. **Relator: Deputado Nelson Justus, designado em 03.08.2004.**

Proposição-Veto nº 61/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 167/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza do ITCM com Precatório de Natureza Alimentícia. **Relator: Deputado Nelson Justus, designado em 03.08.2004.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS DE
UTILIDADE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 182/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que declara de Utilidade Pública a Associação Projeto Curumim, com sede e foro no Município de Ubatã. **Com emenda de Plenário. Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 183/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, com sede e foro no Município de São João do Ivaí. **Com emenda de Plenário. Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 190/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que declara de Utilidade Pública a Instituição Serviços de Obras Sociais Cícero Nuto Figueiredo, com sede e foro no Município de Ubatã. **Com emenda de Plenário. Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 15.06.2004.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS DE
UTILIDADE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 107/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Fundação Cultural Celinauta, com sede e foro no Município de Pato Branco. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 23.06.2004.**

Projeto de Lei nº 186/2004, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de Utilidade Pública o Movimento Nacional em Defesa das Crianças Desaparecidas, com sede e foro no Município de Curitiba. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 23.06.2004.**

Projeto de Lei nº 194/2004, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, que declara de Utilidade Pública a APAE de Guaramiranga, com sede no Município de Guaramiranga e foro no Município de Imbituva. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 23.06.2004.**

Projeto de Lei nº 223/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais, com sede e foro no Município de Santa Isabel do Ivaí. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 03.08.2004.**

Projeto de Lei nº 241/2004, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Cascatina, com sede e foro no Município de Palmas. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 03.08.2004.**

Projeto de Lei nº 242/2004, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública a Loja Maçônica de Wenceslau Braz, com sede e foro no Município de Wenceslau Braz. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 23.06.2004.**

Projeto de Lei nº 243/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação Grupo Viva-Vida Terceira Idade de Jacarezinho, com sede e foro no Município de Jacarezinho. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 23.06.2004.**

Projeto de Lei nº 244/2004, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais, com sede no Município de Pinhalão e foro no Município de Tomazina. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 03.08.2004.**

Projeto de Lei nº 247/2004, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Ebenezer, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 03.08.2004.**

Projeto de Lei nº 249/2004, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários da Balaroti, com sede e foro no Município de Curitiba. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 03.08.2004.**

Projeto de Lei nº 253/2004, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Pio XII, com sede e foro no Município de Campo Mourão. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 03.08.2004.**

Projeto de Lei nº 255/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Centro Municipal Fernando Amaro, com sede e foro no Município de Paranaguá. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 03.08.2004.**

Projeto de Lei nº 256/2004, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Execução Penal da Comarca de São José dos Pinhais, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 03.08.2004.**

Projeto de Lei nº 259/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Lar da Criança de Planalto, com sede no

Município de Planalto e foro no Município de Capanema.
Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 03.08.2004.